

EMBAIXADA DO BRASIL EM VIENA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (nov/2018 - nov/2021):

Conjuntura Política

Política interna

2. No período em que estive à frente da embaixada do Brasil em Viena, desde novembro de 2018, o cenário político austríaco passou por período convulsivo e por marcada consolidação da direita no poder. A coalizão que se encontrava no governo entre o Partido Popular da Áustria (ÖVP) e o Partido da Liberdade (FPÖ) foi derrubada, em inédito voto de desconfiança, em maio de 2019, na esteira do episódio que ficou conhecido por "escândalo de Ibiza".

3. Em gravações secretas realizadas em uma vila na ilha espanhola de Ibiza, antes das eleições parlamentares de 2017, os então presidente do FPÖ, Heinz-Christian Strache, e o líder da bancada do partido no Conselho Nacional (câmara baixa do Parlamento), Johann Gudenus, aparecem em suposta reunião com uma mulher que se apresentava como sobrinha do empresário russo Igor Makarov. Na oportunidade, ambos mostram-se interessados em trocar contratos públicos por benefícios financeiros, burlar as leis de financiamento eleitoral, e exercer controle sobre veículos de mídia. Em 17 de maio de 2019, o vídeo foi publicado por jornais alemães e desencadeou o fim da coalizão. No dia seguinte à divulgação, Strache, então vice-chanceler federal, e Gudenus anunciam suas renúncias e desligamento de suas funções partidárias.

4. Os demais ministros do FPÖ também deixaram o governo após o chanceler federal, Sebastian Kurz, exigir a saída de Herbert Kickl, ministro do Interior, que atuava como secretário-geral do FPÖ na época das gravações. Com isso, o governo de Kurz tornou-se oficialmente um governo de minoria, que deveria permanecer no cargo até as eleições antecipadas, em setembro de 2019. Antes do final do mês, no entanto, o Parlamento aprovou, pela primeira vez desde 1945, voto de desconfiança contra o governo, colocando fim ao primeiro mandato de Sebastian Kurz à frente da Chancelaria Federal.

5. Diante da dissolução do governo, o Presidente Federal, Alexander van der Bellen, nomeou um "governo de especialistas" até as eleições gerais, o qual foi chefiado pela primeira vez, por uma mulher, a presidente da Corte Constitucional, Brigitte Bierlein. Nesse contexto, destacou-se a nomeação, para o Ministério de Relações Exteriores, do embaixador Alexander Schallenberg (ÖVP) - à época sem partido- um dos principais assessores do ex-chanceler Sebastian Kurz. Sua indicação atendia ao perfil técnico desejado para o governo de transição e, simultaneamente, foi considerada uma deferência ao ex-chanceler.

6. A campanha eleitoral de 2019 foi dominada pelo tema da proteção climática e Sebastian Kurz, não obstante o fim antecipado de seu primeiro mandato, logrou manter-se como principal liderança do cenário político doméstico. Sob sua liderança, o ÖVP venceu as eleições, com 37,5% dos votos, obtendo grande parte dos votos antes atribuídos ao FPÖ, que, desde o escândalo de Ibiza, vem experimentando profundo encolhimento eleitoral. Após o pleito, Kurz convidou os Verdes, liderados por Werner Kogler, a formar inusitada aliança governista em nível federal.

7. Apesar das diferenças ideológicas entre os dois partidos da coalizão, Kurz conseguiu manter altos índices de popularidade, batendo inclusive recordes históricos durante a pandemia de COVID-19. As principais divergências no âmbito da coalizão foram compensadas, em parte, pela necessidade de reunir esforços no combate à pandemia. Um dos principais pontos de fricção é a questão migratória, tema no qual os Verdes defendem política mais flexível e maior participação nos esforços da União Europeia em prol do acolhimento e integração de refugiados. A divergência tornou-se patente durante a mais recente crise no Afeganistão, em agosto de 2021, durante a qual integrantes do ÖVP no governo defenderam, até às vésperas da queda de Cabul, a continuidade de deportações para aquele país.

8. Mesmo mantendo-se com popularidade relativamente elevada, Kurz passou a ser investigado por corrupção envolvendo, em um primeiro momento, a indicação de aliado seu para o cargo de diretor de empresa estatal responsável por representar os interesses do governo em empresas privadas, controlando investimentos de EUR 27 bilhões. Em outubro de 2021, novas denúncias emergiram contra o chanceler federal, relacionadas ao financiamento com recursos públicos de pesquisas eleitorais que o auxiliaram na conquista da liderança do ÖVP e na vitória eleitoral de 2017. Pressionado pelo partido parceiro da coalizão, Kurz renunciou ao cargo de chanceler federal em rápida sucessão de acontecimentos.

9. Com o movimento, manteve-se a coalizão ÖVP-Verdes, apesar de críticas dos partidos de oposição. O ministro de Relações Exteriores, Alexander Schallenberg (ÖVP), deixou seu cargo e assumiu a Chancelaria Federal, em 11/10, com a promessa de continuar o trabalho iniciado por Kurz e de seguir trabalhando em proximidade com o ex-chanceler.

Política externa e União Europeia

10. No âmbito europeu, a Áustria distanciou-se de parceiros tradicionais ao longo dos últimos três anos e aproximou-se de países mais afinados ideologicamente ao ÖVP, sobretudo na pauta da imigração, como o "Grupo de Visegrado". O governo de Viena defende ferozmente o provimento de auxílio no local onde os refugiados se encontram e se recusa a receber novos imigrantes, mesmo em crises, como a do incêndio no acampamento de Mória, na Grécia, ou a do Afeganistão. O governo local prega que a migração seja coibida pela adoção de controles mais rígidos nas fronteiras externas europeias e opõe-se veementemente à distribuição compulsória de imigrantes entre os países do bloco.

11. Outra pauta que levou a Áustria a formar alianças não tradicionais no âmbito comunitário foi a formulação do Fundo de Reconstrução Europeu. Por ocasião das discussões do pacote de reconstrução econômica pós-COVID, o país se alinhou a Holanda, Dinamarca e Suécia para formar o grupo conhecido como "quatro frugais", que se manteve firme em suas exigências frente aos países vistos como "fiscalmente irresponsáveis". O grupo se opôs à emissão de títulos comunitários como forma de financiamento dos esforços de reconstrução econômica e, no contexto da proposta de EUR 750 bilhões apresentada pela Comissão Europeia, o governo austriaco defendeu maior peso para a concessão de empréstimos, em detrimento de subsídios.

12. Em termos de interesses geopolíticos, o país seguiu agindo para projetar sua influência sobre a região dos Balcãs, e tem sido o principal defensor da expansão da UE para a região. Com essa estratégia, a Áustria fortalece sua imagem de "ponte" entre as porções oriental e ocidental da Europa. Para o país, é preciso garantir "perspectiva europeia" para a região também como forma de evitar um vácuo de poder, a ser ocupado por potências extrarregionais.

COVID-19

13. A pandemia de COVID-19 na Áustria tem seguido, em ampla medida, os acontecimentos no restante da Europa. Na esteira da primeira onda de contágios, o governo federal implementou quarentena de pouco mais de um mês, em todo o país, em meados de março de 2020, e determinou a retomada dos controles fronteiriços. Com a piora da epidemia, nova quarentena foi adotada, entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021. A "normalização" da vida social ocorreu apenas no verão de 2021, com o avanço da campanha vacinal. Durante o período de maior intensidade da pandemia, o governo lançou um "sistema de semáforo" dedicado a indicar os níveis de risco de contágio nas diferentes regiões do país, com medidas mais restritivas sendo adotadas nas regiões mais atingidas.

14. No âmbito do controle de fronteiras, ao longo dos meses o regime foi sendo adaptado e passou a ser aplicado critério misto, de exigências sanitárias e restrições à entrada, a depender do país de origem, domicílio ou nacionalidade dos viajantes, com base em indicadores epidemiológicos. A legislação mais recente separa os países entre "seguros", "áreas de variantes" e "restante do mundo", com regras mais rígidas de entrada no caso daqueles com variantes. Não há exigência de vacinação para o ingresso na Áustria, mas, sim, de prova de baixo risco epidemiológico (teste biológico negativo, certificado de recuperação ou de vacinação). Há tratamento preferencial a cidadãos vacinados no que se refere à isenção de quarentena.

15. A relativa rapidez da atuação governamental no início da pandemia, com controle a primeira onda sem pressões sobre o sistema de saúde, foi usada politicamente pelo chanceler federal, Sebastian Kurz (ÖVP), que adotou um discurso triunfalista e participou de várias reuniões virtuais com líderes de países considerados "first movers".

16. A campanha de vacinação contra a COVID-19 foi iniciada em 27/12/20 e enfrentou severas críticas de lentidão nos primeiros meses. O processo ganhou tração a partir de maio de 2021,

com o oferecimento dos imunizantes a parcelas mais amplas da população. A meta do governo era de vacinar todos os cidadãos que o desejassem até o início de julho. Desde então, os números da vacinação encontram-se virtualmente estacionados, em torno de 60% da população com imunização completa, apesar da disponibilidade de vacinas, revelando amplo ceticismo da população local quanto à campanha.

17. Além da campanha de vacinação, o governo local valeu-se em larga medida de estratégia de testagem. Em Viena, por exemplo, há meses são distribuídos testes do tipo PCR gratuitamente em farmácias. Em todo o país, determinadas categorias profissionais e estudantes têm de se testar frequentemente, caso não sejam vacinados. Por essa razão, apesar de contar com apenas 8,9 milhões de habitantes, a Áustria já realizou mais de 90 milhões de testes para a COVID-19.

18. Desde o início da pandemia, aproximadamente 950 mil pessoas foram diagnosticadas com COVID-19 (10,5% da população), e mais de 11.500 óbitos foram registrados pela doença.

Acordo MERCOSUL-União Europeia

19. A Áustria foi o primeiro país europeu a aprovar moção parlamentar contrária ao acordo MERCOSUL-União Europeia, em setembro de 2019, em contexto de campanha eleitoral fortemente marcada pelos temas ambientais. Um dos sub-comitês da câmara baixa do Parlamento aprovou moção, vinculante em relação a governos subsequentes àquela legislatura, obrigando a administração austríaca vetar a ratificação do acordo Mercosul-UE e a se opor ao instrumento em todas as instâncias da União Européia. Em março de 2020, comitê da câmara alta do Parlamento também aprovou moções no mesmo sentido, reforçando as amarras estabelecidas no ano anterior. Em fevereiro de 2021, nova resolução foi aprovada pelo Parlamento, desta vez determinando sua "rejeição em sua atual forma".

20. Muito embora essas obrigações possam ser revertidas do ponto de vista jurídico, nenhum partido político austríaco tem mostrado disposição em defender a reversão do posicionamento do Parlamento sobre o assunto. Dentre os principais atores domésticos, apenas a Federação das Indústrias manifesta-se abertamente a favor do acordo. A Câmara de Economia da Áustria, por sua forte vinculação ao ÖVP, tem evitado declarações a respeito do tema, apesar de a abertura comercial ser do interesse direto de seus membros. Entre as principais críticas exaradas pelos grupos opositores ao acordo, são frequentes a associação do agronegócio brasileiro com o desmatamento da Amazônia, a referência ao uso de defensivos agrícolas não permitidos na UE, denúncias de violações de direitos humanos, o risco aos "padrões europeus" e o potencial de "inundação de mercado", às expensas dos pequenos agricultores locais.

21. Em termos econômicos concretos, o principal setor preocupado com a liberalização comercial é o de carne bovina. Os pecuaristas austríacos, tradicionais exportadores para o mercado comum europeu, temem que, na esteira do "Brexit", as exportações irlandesas de carne para o Reino Unido sejam desviadas para o continente, pressionando suas vendas. Em tal contexto, temem

que eventual aumento das exportações provenientes do Mercosul para a UE constituiria elemento adicional de disruptão de seu mercado.

22. Politicamente, os dois partidos que integram a coalizão de governo, ÖVP e Verdes, são contrários à ratificação. Enquanto esses últimos apoiam-se sobretudo em argumentos de cunho ambiental, o Partido Popular leva em conta principalmente as reivindicações de sua base eleitoral junto aos agricultores e criticam "importações baratas". O "Não ao Mercosul" consta, inclusive, do programa de governo da coalizão. Na oposição, os Sociais-Democratas (SPÖ) são tradicionalmente refratários a acordos de livre-comércio, estando fortemente vinculados aos sindicatos. Da mesma forma, o Partido da Liberdade (FPÖ), igualmente na oposição, opõe-se ao acordo, preocupado com o eleitorado trabalhador que teme o desemprego. Apenas o partido Nova Áustria (NEOS), de menor expressão e fora do governo, é favorável, em princípio, ao instrumento.

Meio Ambiente

23. A proteção ao meio ambiente tornou-se um dos principais tópicos do debate público austriaco, com peso desproporcional na campanha eleitoral de 2019, quando comparado a pleitos anteriores. Essa centralidade tem sido determinante para as movimentações políticas do atual governo, mas também pesa no que se refere às atividades de natureza econômica, sobretudo em contexto no qual o país tem dificuldades em cumprir suas metas de emissões de carbono.

24. Dados preliminares das emissões de gases de efeito estufa da Áustria, em 2020, apontam queda significativa, de 7,7%, a qual se deve, no entanto, às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, com impactos sobretudo no setor de transportes. Com esse resultado, o país manteve-se dentro da meta anual de emissões e deve cumprir, igualmente, a meta para o período 1990-2020. Em 2019, no entanto, antes da queda provocada pela pandemia, as emissões de gases de efeito estufa da Áustria foram superiores àquelas de 1990 e próximas às de 2000.

25. No campo político, a importância do tema ambiental encontra expressão no crescimento sustentado do Partido Verde. O atual Presidente Alexander Van der Bellen concorreu em 2016 como independente, depois de ativa militância nos Verdes, de onde se desvinculou para sua postulação ao cargo. Pode-se afirmar haver sido a primeira escolha por voto direto de um candidato com marcada conexão verde para a presidência de um país da UE. Depois de ficarem fora do Parlamento na legislatura de 2017 a 2019, obtiveram seu melhor resultado nas eleições federais de 2019. Tal desempenho os habilitou a compor a coalizão governista junto com o ÖVP, na qual estão representados, sobretudo, pelo vice-chanceler federal, Werner Kogler, e pela ministra de Ação Climática, Meio Ambiente e Energia, Leonore Gewessler. II Conjuntura Econômica

26. A economia austriaca é marcada por ampla e sólida base industrial e atuação destacada em setores tecnológicos, como máquinas e equipamentos e indústria automotiva, metal-mecânica, farmacêutica e química. Parcial majoritária do PIB local é gerada pela indústria e serviços associados e cerca de metade da atividade econômica está relacionada à exportação de bens e serviços, sendo a União Europeia responsável por aproximadamente 70% de seu mercado externo.

27. A crise desencadeada com a pandemia de COVID-19 teve impactos econômicos importantes. Após crescimento de 2,4% no PIB, em 2018, o país vinha em trajetória de desaceleração desde meados de 2019. A pandemia, e o confinamento decretado em meados de março de 2020, trouxeram um choque de oferta e de demanda, resultando em quedas históricas no PIB e no emprego. No ano passado, a economia encolheu 6,6% e, em seu auge, a taxa de desemprego atingiu 12,8%, no final de abril. Naquele momento, foram registradas mais de 570 mil pessoas sem trabalho e mais de 1,1 milhão de trabalhadores inscritos em regime especial de redução de jornada.

28. Em março de 2020, o governo austríaco anunciou pacote de EUR 38 bilhões para o combate às consequências econômicas da pandemia. Recursos vultosos foram direcionados ao financiamento do regime de redução de jornada e parcelas volumosas se destinaram à concessão de subsídios e garantias de empréstimos. Desde o início da pandemia, somando-se os programas anunciados para 2020 e 2021, estima-se que o governo austríaco já tenha comprometido 10,2% de seu PIB em medidas de apoio à economia. Em termos per capita, os pagamentos realizados pelo governo, somados a renúncia e diferimentos fiscais, seriam equivalentes a aproximadamente EUR 2.588.

29. Como consequência desses esforços, as contas públicas se deterioraram sensivelmente. Nos dois anos anteriores à pandemia, o governo havia registrado superávit no orçamento público. Em 2020, com a expansão significativa do dispêndio e diminuição das receitas, registrou-se o maior déficit desde a Segunda Guerra Mundial, de EUR 33,2 bilhões, o equivalente a 8,9% do PIB. De acordo com orçamento previsto para este ano, o resultado fiscal deverá ser pouco melhor, com déficit de EUR 31 bilhões. A dívida pública, por sua vez, saltou de 70,5% do PIB, em 2019, para 83,9%, em 2020.

30. Apesar disso, institutos de pesquisa locais e internacionais preveem bom desempenho da economia local para os próximos meses/anos. Após o fim do confinamento no primeiro trimestre deste ano, já se observou retomada forte do crescimento, movimento acelerado até o verão europeu. No início do segundo semestre, estima-se, o nível de atividade econômica pré-crise foi alcançado, enquanto outros indicadores, como emprego e inflação, ainda estejam em desajuste. Em seu prognóstico de verão, a Comissão Europeia estimou que o PIB austríaco deverá crescer 3,8%, em 2021, e 4,5%, em 2022.

Relações Brasil-Áustria

31. As relações bilaterais têm raízes históricas que remontam ao século XIX e precedem à independência, quando, em 1817, a Arquiduquesa Leopoldina Habsburgo casou-se com o então futuro imperador do Brasil, Dom Pedro I. Trata-se de relacionamento marcado por agenda muito positiva, na qual predominam o compartilhamento de valores e princípios democráticos e a ausência de fricções ou temas contenciosos de fundo. No plano institucional, o diálogo bilateral dá-se no âmbito de mecanismo de consultas amparado em Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008), que realizou sua sétima reunião em outubro de 2019, em Brasília. Dita reu-

nião foi seguida de conversa entre o então Ministro de Relações Exteriores brasileiro e o atual Chanceler federal austríaco, Alexander Schallenberg, com foco no acordo MERCOSUL-UE e nas celebrações do Bicentenário da Independência.

32. Entre as visitas oficiais realizadas a Viena, destacam-se as do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, que esteve na cidade em três ocasiões distintas (2019, 2020 e 2021), avançando a agenda bilateral nessa área com a assinatura de Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. O instrumento já foi ratificado pelo lado austríaco e encontra-se em tramitação no Congresso brasileiro. Sob seu amparo, a cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação avançou e novas iniciativas floresceram, como o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Museu de História Natural de Viena, assinado em agosto de 2021.

33. Em outubro de 2019, foi firmado entendimento entre o Brasil e a Áustria sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Acordo sobre Previdência Social, cuja negociação atende a antiga reivindicação da comunidade brasileira neste país, encontra-se pronto para assinatura, aguardando posicionamento do governo austríaco.

Desafios, dificuldades e sugestões

34. A agenda bilateral foi bastante prejudicada pela pandemia de COVID-19, que inviabilizou visitas e reuniões bilaterais. Questões políticas domésticas e comunitárias dificultam, ocasionalmente, o avanço de determinadas agendas de interesse do Brasil, como no caso do acordo MERCOSUL-UE.

35. Nesse contexto, o aprofundamento das relações políticas poderá beneficiar-se da realização de visitas recíprocas de alto nível, uma vez normalizadas as condições de viagens internacionais. O agendamento da oitava reunião de consultas políticas bilaterais também contribuirá para o avanço de temas de importância, bem como a continuidade do trabalho de ampliação do marco institucional de relações bilaterais. A esse respeito, o Acordo sobre Cooperação Cultural, elencado como prioritário pelo lado austríaco, segue em estágio de negociações. Há também espaço para serem promovidas tratativas para a assinatura de acordos bilaterais relativos à cooperação jurídica em matéria penal, em matéria civil e sobre transferência de pessoas condenadas; e, em estágio mais inicial, sobre o reconhecimento recíproco e conversão de carteiras de habilitação.

Relações bilaterais econômico-comerciais

36. O intercâmbio comercial entre Brasil e Áustria apresentou crescimento expressivo na última década, tendo atingido, em 2011, seu nível mais alto, de EUR 1,56 bilhão, de acordo com as estatísticas austríacas. O Brasil é, atualmente, o principal parceiro comercial da Áustria na América do Sul e o segundo na América Latina, atrás apenas do México. Entre 2018 e 2020, o fluxo de bens entre os dois países tem encolhido, com reduções mais expressivas das exportações brasilei-

ras (-35%) do que das importações oriundas da Áustria (-23%). Em 2020, o comércio bilateral encerrou o ano com perdas generalizadas em razão da pandemia. O Brasil exportou EUR 291,76 milhões em bens para a Áustria (-17,9%, na comparação com 2019), tendo importado EUR 633,05 milhões (-16,4%). Em 2020, a corrente comercial foi de EUR 924,8 milhões (-16,9%), enquanto o tradicional déficit, em desfavor do Brasil, diminuiu, atingindo EUR 341,3 milhões (-15,1%).

37. A pauta brasileira de exportações é dominada pelos produtos do agronegócio, com EUR 69,5 milhões (23,8% da pauta), a despeito de queda de -22,6%, na comparação com o ano anterior. Desse valor, mais de 80% está associado a quatro produtos: sucos de frutas; frutas e castanhas, frescas ou desidratadas; café e carne bovina. Individualmente, o principal produto de exportação brasileiro foi o minério de ferro (EUR 40,7 milhões / 14% da pauta), seguido pelo petróleo cru (EUR 31,2 milhões / 10,6%).

38. No tocante às importações provenientes da Áustria, houve crescimento expressivo da categoria "produtos médicos e farmacêuticos", com vendas de EUR 93,8 milhões, ou 14,8% do total. Em seguida, estão as "bebidas não alcóolicas, excluídos sucos de frutas e legumes", com embarques de EUR 55,6 milhões, ou 8,7% do total. De modo geral, a pauta exportadora austríaca é mais diversificada do que a brasileira, com 14 itens respondendo por menos de 60% da pauta.

39. No primeiro semestre de 2021, o comércio bilateral mostrou sinais de recuperação. As exportações brasileiras cresceram 27,9% entre janeiro a junho, perfazendo EUR 142,9 milhões, valor ainda 35% abaixo do verificado no mesmo período de 2019. Já as vendas austríacas superam em 3% o patamar pré-pandemia, com EUR 366,9 milhões, crescimento de 12,4% na comparação com o primeiro semestre do ano passado.

40. O relacionamento econômico bilateral é mais denso na área de investimentos diretos. Em 2020, o estoque de investimentos diretos da Áustria no Brasil foi de EUR 1,4 bilhão, com tendência de crescimento desde 2010, quando esse volume era de EUR 817 milhões. Mais de 200 empresas austríacas possuem investimentos em nosso país, inclusive grandes companhias, como Andritz, Palfinger, Lenzing, Voestalpine, Kapsch, Agrana e MIBA. No sentido inverso, número expressivo de empresas brasileiras utiliza a Áustria como base de operações no mercado europeu e/ou constituem "holdings" ou "tradings", de forma a beneficiarem-se da centralidade geográfica do país e de vantagens advindas do acordo bilateral para evitar a bitributação (1976). Conforme dados do Banco Central do Brasil, a Áustria é o sétimo principal destino dos investimentos diretos brasileiros no exterior, com estoque que correspondeu a 2,9% (US\$ 11,9 bilhões) do total investido no exterior. As principais empresas brasileiras presentes na Áustria são: Banco do Brasil, BRF Foods, Celulose Eldorado, Citrosuco, CSN, Suzano, Iochpe-Maxion, Nitroquímica, OAS Energy, Ocyan Oil & Gas, Seabras Sapura, Sotreq, Vale Internacional, Votorantim e WEG.

41. A embaixada vem monitorando os movimentos do mercado austríaco e produzindo inteligência para subsidiar a ação de exportadores e investidores brasileiros, com estudos setoriais como o realizado em 2019 sobre o mercado de café e a atualização, em 2021, do "Guia Como Exportar",

publicado pela última vez em 2016, com informações sobre a economia, a estrutura de mercado e os principais marcos regulatórios da Áustria.

42. Foram igualmente organizadas apresentações de produtos brasileiros ao público local, como a cachaça, em parceria com o IBRAC, em iniciativa de 2020 estendida às Embaixadas brasileiras na Hungria e na Eslovênia. Por ocasião do dia internacional do café, em 2021, realizou-se também degustação de cafés especiais brasileiros, em parceria com empresa torrefadora local e a Associação Brasileira de Cafés Especiais na certificação desses grãos.

43. Procurou-se manter cooperação ativa com a Câmara de Comércio Austríaca (WKÖ), entidade que representa os interesses das empresas austríacas em nível nacional e internacional, e com a qual foi organizado, em fevereiro de 2020, evento de promoção de investimentos e de “networking” com empresários locais, além de seminário virtual, em abril de 2021, para atração de investimentos ao Brasil, em parceria com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas.

44. No tocante à promoção do turismo, registra-se participação inédita do Brasil, em janeiro de 2020, na feira "Ferien Messe", o evento de maior porte no país, com cerca de 750 expositores de 70 países e 150.000 visitantes. Em parceria com a EMBRATUR, montou-se estande institucional da Embaixada no qual foram prestadas informações turísticas sobre o Brasil aos visitantes. Visitou o espaço, durante passagem por esta capital, o Secretário-Executivo adjunto do Ministério do Turismo.

Desafios, dificuldades e sugestões

45. A pandemia de COVID-19 dificultou a realização de atividades e impactou o desempenho do comércio bilateral. Mesmo com recurso às tecnologias digitais, os resultados alcançados foram aquém do potencial que poderiam ter por meio de atividades presenciais. No campo do turismo, em especial, as restrições a viagens virtualmente inviabilizaram qualquer ação promocional nos últimos dezoito meses.

46. O grau de protecionismo observado na economia local e a resistência ao livre-comércio entre a população, a despeito da vocação exportadora do país, constituem desafio real à promoção comercial, sobretudo de produtos do agronegócio. Há forte incentivo ao consumo de produtos cultivados localmente (ou regionalmente), restringindo o escopo de promoção de itens não produzidos na Áustria ou na Europa. No que se refere aos bens industrializados, os fluxos comerciais obedecem, em linhas gerais, às cadeias de valor constituídas, de onde se depreende que o aumento das exportações brasileiras passa por maior integração à estrutura produtiva austríaca, reforçando a importância das atividades de atração de investimentos.

47. Registra-se, finalmente, a dificuldade enfrentada na identificação correta da origem de determinados produtos comercializados na Áustria em função do "efeito Roterdã". Sendo um país sem portos marítimos, as estatísticas relativas às importações austríacas sofrem distorções,

impedindo, por vezes, dimensionar com precisão a capacidade de penetração de bens brasileiros no mercado local, os quais aqui chegam, nos dados oficiais, como oriundos de outros países da UE.

48. Com vistas a auxiliar no processo de recuperação das exportações brasileiras no pós-crise, sugere-se ação focada na atração de investimentos. Nesse sentido, poderá ser valiosa a expansão de parceria com a Apex-Brasil, em particular seu escritório em Bruxelas, para a divulgação de oportunidades no país e a realização de missões de promoção comercial. A fim de dinamizar o relacionamento comercial de lado a lado, poderia também ser incentivada a criação de uma Câmara de Comércio Brasil-Áustria.

49. No setor de turismo, seria importante a participação constante e estruturada do Brasil na "Ferien Messe", contando com parcerias com empresas, hoteis e agências de viagens que possam atender ao público local, especialmente no que tange à demanda observada por pacotes de viagem (transporte, passeios e hospedagem).

Ciência, Tecnologia e Inovação

50. A agenda bilateral Brasil-Áustria em temas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) é das mais ativas da Embaixada, tendo-se beneficiado de frequentes visitas do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, durante as quais foi assinado o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, que conferiu novo ímpeto ao relacionamento na área. A Áustria tem demonstrado interesse no aprofundamento dessa agenda, por meio da intensificação dos contatos entre agências de fomento, do estabelecimento de plano de trabalho plurianual e do lançamento de iniciativas e chamadas conjuntas.

51. A partir desses contatos, foram identificadas como áreas prioritárias para o relacionamento bilateral: medicina e saúde; descarbonização, energias renováveis, tecnologias de baixo carbono e mobilidade elétrica; alimentos, agricultura e biotecnologias; meio ambiente e cidades inteligentes; digitalização e inteligência artificial; e humanidades, explorando a história compartilhada entre os dois países.

52. Essa ampla gama de temas de cooperação é reflexo da diversidade dos ecossistemas de inovação dos dois países. O sistema austríaco de pesquisa e inovação é abrangente e fragmentado, com competências divididas entre múltiplos órgãos governamentais e três ministérios. Nos últimos vinte anos, a Áustria multiplicou o financiamento a atividades de pesquisa e desenvolvimento, colocando-se entre os mais inovadores da Europa, e um daqueles com maior presença do setor privado, que investe pesadamente em tecnologia.

53. Outra dimensão relevante da cooperação bilateral em CTI é importante comunidade científica brasileira aqui estabelecida, atuante em áreas como biomedicina, demografia, engenharia e ciência política. Essa diáspora científica é majoritariamente jovem e recente, e tem grande interesse em manter vínculos com o Brasil.

54. Entre 2019 e 2021, o Ministro Pontes realizou três visitas ao país, com reuniões de alto nível no Ministério de Educação, em agências de fomento, aceleradoras de "startups", universidades, entidades de pesquisa e laboratórios científicos, além de encontros com a diáspora brasileira. Em seguimento a essas visitas, foram realizadas diversas reuniões técnicas, presenciais e virtuais, entre as quais destaca-se a ocorrida em janeiro de 2021, que colocou em contato as principais agências de fomento de Brasil e Áustria, passo importante na definição do plano de trabalho plurianual sobre cooperação bilateral.

55. Deu-se início, ainda, ao processo de mobilização da diáspora científica brasileira na Áustria, em linha com as diretrizes do Programa de Diplomacia da Inovação. Valendo-se da posição central do país, a iniciativa foi expandida para incluir as comunidades científicas na Eslováquia e na Eslovênia. Entre iniciativas realizadas, merecem destaque a contratação de estudo/mapeamento dessa comunidade, concluído em agosto de 2021, além da construção de sítio eletrônico e perfis em redes sociais; e seminários online para debater as formas de organização dessa comunidade e de conexão com o Brasil, com palestrantes como o presidente da Academia Brasileira de Ciência e o diretor-presidente da EMBRAPA.

56. Em agosto de 2021, em sua terceira visita à Áustria, o Ministro Pontes assinou Memorando de Entendimento com o Museu de História Natural de Viena, que oferecerá arcabouço para a cooperação entre as duas instituições, sobretudo no que tange à catalogação do importante acervo brasileiro do Museu, projeto inserido na programação alusiva às celebrações do Bicentenário da Independência.

Desafios, dificuldades e sugestões

57. O principal desafio para a promoção da cooperação bilateral em CTI é a fragmentação do sistema local e a predominância da abordagem "bottom-up", a qual confere ampla autonomia às instituições acadêmicas e científicas. Dessa forma, quanto instrumentos como o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica constituam arcabouço importante, a concretização de projetos passa, necessariamente, pelo engajamento individual dos atores envolvidos. É necessário, portanto, contato frequente com múltiplas instituições e seguimento aos projetos propostos, para o que se sugere a identificação de entidades brasileiras, públicas ou privadas, que estejam em busca de parcerias internacionais e tenham condições de desenvolver projetos conjuntos no longo prazo.

58. Outro aspecto a ser observado é o impacto das restrições orçamentárias a que estejam sujeitas instituições de fomento à pesquisa no Brasil, que podem dificultar a cooperação com as entidades locais e afetar o intercâmbio acadêmico e científico, tornando-o desequilibrado, com fluxo majoritário de pesquisadores brasileiros vindo à Áustria. No tocante à mobilização da diáspora científica brasileira, faz-se necessária a continuidade do apoio da Embaixada, por meio de encontros periódicos e assessoramento à sua organização, até a constituição de massa crítica suficiente para a sua institucionalização e funcionamento de forma independente.

Setor cultural

59. Os dois projetos centrais da Embaixada no período foram a reativação do Centro Cultural Brasil-Áustria (CCBrAt) e o planejamento e coordenação das comemorações do Bicentenário da Independência.

60. O CCBraT foi concebido de forma a dar uma solução institucional para a atuação da embaixada na difusão cultural em várias frentes. Situado no subsolo da residência oficial, o Centro funciona como galeria expositiva, mas também oferece espaço para a realização de projetos de iniciativa da comunidade brasileira e cursos de português ministrados por professores especializados em Português como Língua Estrangeira ou Português como Língua de Herança. Associada ao Centro, a programação musical da Embaixada também ocorre na residência oficial.

61. Na área de artes visuais, foram realizadas as exposições "Com.memória.ação caras, casas e casos de brasileiros em Viena", sobre a comunidade na capital; e o projeto "Um País, Dois Olhares", conformado pelas exposições "Thomas Farkas: o Ritmo da Luz", com a obra do fotógrafo nascido na Hungria; e "Diários Urbanos: Alberto Ferreira e o Fotojornalismo no Brasil", com trabalhos do fotojornalista paraibano. "Um País, Dois Olhares" foi posteriormente transformado em livro/catálogo.

62. No que se refere à participação da comunidade brasileira, a embaixada lançou edital de projetos para utilização de espaços do CCBraT, que rendeu um total de sete projetos, entre iniciativas de apoio à comunidade, seminários, cursos, workshops de leitura e oficinas gastronômicas.

63. Na área de promoção da língua portuguesa, o Centro Cultural iniciou, em outubro de 2021, projeto piloto em parceria com o Instituto Cervantes, com base em currículo pedagógico para o ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE).

64. Na área de música, merece destaque a parceria estabelecida pela Embaixada com o Clube do Choro de Viena, que conta com a participação de instrumentistas austríacos e brasileiros. A associação com o Clube resultou em uma série de concertos ao longo dos três últimos anos, com participação de artistas de peso do cenário musical brasileiro, como o violonista João Camarero, o acordeonista Renato Borghetti, o trombonista Raul deSouza, o multi-instrumentista Arismar do Espírito Santo e o grupo Choro Livre. A partir dessas apresentações, foi organizada a série especial denominada "Sarau", com shows mensais, com lugares marcados, distribuídos entre convidados, apoiadores e público aberto, alternando música clássica e popular.

65. A comemoração do bicentenário da independência reveste-se de importância para a história das relações bilaterais. O principal eixo histórico desse relacionamento iniciou-se com o enlace entre as coroas portuguesa e austríaca em 1817, por meio do casamento entre D. Pedro I e D. Leopoldina. A história de D. Leopoldina ainda é largamente desconhecida no país, em especial seu envolvimento com o processo de independência. Também pouco conhecida é a missão artí-

stica e científica que acompanhou D. Leopoldina em sua viagem ao Brasil, e que resultou no envio à Áustria de inúmeros documentos, imagens e peças hoje preservados em museus no país.

66. Esse importante vínculo histórico deu esteio a um conjunto de iniciativas culturais que deverá marcar a agenda de celebrações do Bicentenário na Áustria, e que se distribui entre exposições em grandes museus de Viena, como o Museu de História Natural e o Museu de Antropologia, concertos musicais, lançamento de filmes e livros, seminários e debates. Foi estabelecido um Comitê de Coordenação com participação de representantes de museus (História Natural, Antropologia, Museu Augarten de Viena e Museu Imperial de Petrópolis), da Chancelaria austríaca, de cônsules-honorários brasileiros, da Universidade de Viena, além de numerosos acadêmicos, especialistas, artistas etc.

Desafios, dificuldades e sugestões

67. A carregada agenda cultural de Viena e o alto custo com a contratação de serviços são os maiores desafios para o estabelecimento de agenda de atividades culturais. O trabalho de difusão cultural se beneficiaria de maior aporte de recursos, bem como de quadro de servidores e funcionários capacitados para as funções, especialmente tendo em vista o funcionamento do CCBRAT, aberto seis dias por semana. Como solução parcial a essas dificuldades, a embaixada logrou angariar apoio pontual de empresas sediadas em Viena, o que permitiu ampliar o escopo e o alcance de sua agenda cultural. Quanto à comemoração do bicentenário, a participação da embaixada deverá dar-se não apenas como promotora e organizadora de eventos, no âmbito da programação do CCBRAt, mas também como coordenadora de agenda cultural mais ampla, envolvendo diversos parceiros na Áustria e no Brasil.

Setor consular

68. Segundos os dados oficiais de população mais recentes divulgados pela "Statistik Austria", estavam registrados 3.883 nacionais brasileiros residentes neste país em janeiro de 2021. Estima-se que os números oficiais estejam bastante subdimensionados, dado que parcela significativa da diáspora de brasileiros neste país detém também outra nacionalidade, sobretudo de países da União Europeia. Com base nessa realidade, no número de atendimentos realizados pelo setor consular, e nas estimativas recebidas da rede de cônsules-honorários, o Posto avalia que a comunidade brasileira no país é de cerca de 8.000 pessoas. A maioria da comunidade é constituída por adultos, com maioria de mulheres. Para além da população de brasileiros residentes na Áustria, o posto tem prestado auxílio aos viajantes em sua jurisdição. Existem atualmente na Áustria 2.362 eleitores aptos a votar na próxima eleição.

69. Nos últimos três anos, a emergência da pandemia de COVID-19 foi o maior desafio consular enfrentado. Apesar das dificuldades, o setor consular permaneceu operacional durante todo o período. Nos primeiros meses da pandemia, quando foram adotadas medidas de restrição à circulação de pessoas, incluindo maior controle nas fronteiras, diversos brasileiros procuraram o setor consular para esclarecer dúvidas relacionadas à prorrogação do visto de turismo na Áustria ou ao

retorno de brasileiros residentes neste país. Durante o período, o setor acompanhou de perto a situação de cerca de 80 nacionais não-residentes que haviam ficado retidos em território austríaco em razão das dificuldades enfrentadas para a marcação de voos de retorno. Ainda hoje, consultas sobre as regras de entrada de brasileiros na Áustria seguem sendo recorrentes.

70. Há cinco consulados honorários brasileiros na Áustria: Bregenz, em Vorarlberg; Graz, na Estíria; Innsbruck, no Tirol; Linz, na Alta Áustria; e Salzburgo, em estado homônimo. Tais representações apoiam o posto de maneira muito satisfatória, tendo sido fundamentais ao atendimento da população brasileira durante o período mais crítico da pandemia de COVID-19.

Setor multilateral

71. A Embaixada do Brasil em Viena tem a peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, embaixada bilateral e representação permanente junto às seguintes organizações internacionais na cidade: (i) UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime); (ii) UNOOSA (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior); (iii) à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); e (iv) à Academia Internacional Anticorrupção (IACA). O Posto acompanha também as atividades da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), bem como de instituições das quais o Brasil não é membro mas cuja agenda tem relevância para o país, como a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a organização Energia Sustentável para Todos (SE4All).

UNODC

72. Nos últimos três anos, a Embaixada coordenou a participação brasileira em conferências e negociações multilaterais dos órgãos que integram o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a fim de apresentar experiências brasileiras na área de combate ao crime e defender pontos de vista nacionais.

73. A Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal (políticas de prevenção ao crime e justiça) e a Comissão de Entorpecentes (prevenção e combate ao uso de drogas), em seus encontros anuais debatem estratégias e padrões de combate ao crime, bem como políticas de drogas. Resalte-se, nesse sentido, a atuação do Posto ao longo da sessão da Comissão de Entorpecentes de 2020, quando se debateu a mudança de classificação da cannabis nas listas de controle da ONU. A posição brasileira, coordenada com os órgãos competentes em Brasília, em especial com o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), de manter o controle mais estrito, foi defendida e, em grande parte, exitosa. Ainda no contexto da Comissão de Entorpecentes, foi possível conduzir campanha bem sucedida para novo mandato do Brasil, no primeiro semestre de 2021, de modo que o País estendeu, por mais dois anos, sua participação como membro pleno da Comissão. Em 2019, o Chefe do Posto foi eleito Vice-Presidente da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal e conduziu discussões que culminaram na aprovação de oito Resoluções. No ano seguinte, como Presidente da Comissão, contribuiu para decisões tomadas acerca de como lidar com as restrições impostas pela pandemia de COVID-19, inclusive no que diz respeito

to à realização do 14º Congresso sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Congresso de Kyoto, adiado para 2021.

74. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional tratam da cooperação entre países no combate ao crime. Durante os últimos três anos, diplomatas da embaixada participaram de conferências nas quais o Posto e as delegações brasileiras apresentaram as experiências do País na área de combate ao crime e defenderam pontos de vista nacionais: 8ª Conferência dos Estados Partes da Convenção de Corrupção (Abu Dhabi, dezembro de 2019); 10ª Conferência das Partes da Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (Viena, outubro de 2020). Também se coordenou a preparação brasileira à 9ª Conferência dos Estados Partes da Convenção de Corrupção, a se realizar no Egito, em dezembro de 2021.

75. Cabe mencionar, também, as discussões sobre combate ao crime cibernético que incluíram a presidência, por parte do Brasil, de Grupo de Peritos, encerrado em 2021, e as tratativas preparatórias, ao longo de 2021, para a negociação de convenção das Nações Unidas sobre cooperação no combate ao crime cibernético, cujos trabalhos iniciar-se-ão em janeiro de 2022.

IACA

76. O Brasil é membro da Academia Internacional Anticorrupção, trata-se de organismo internacional que tem sede em na região de Viena. O Brasil participou das Assembleias das Partes, cuja sessão mais recente ocorreu em outubro de 2021.

UNIDO

77. A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) é agência das Nações Unidas responsável pela promoção do desenvolvimento industrial. O atual diretor-geral, o chinês Li Yong, que estará no cargo até o final de 2021, tem buscado fortalecer a organização dentro do sistema das Nações Unidas, a exemplo da inclusão, na Agenda para o Desenvolvimento 2030, de objetivo específico de promoção da industrialização inclusiva e sustentável (ODS 9). O Brasil participou ativamente do processo de escolha do novo diretor-geral da organização, ressaltando a necessidade de melhoria no funcionamento da UNIDO e de foco nas demandas dos países da América Latina e Caribe. Buscou-se ressaltar a importância de reforma na organização, para que esta alcance maior efetividade no objetivo de promoção do desenvolvimento industrial em países em desenvolvimento. De igual forma, defendeu-se que o País busque auferir dividendos por sua participação, mediante a oferta de bens e serviços em programas da UNIDO em terceiros países; do aumento de nacionais brasileiros no secretariado; bem como a contratação de brasileiros para trabalhar em atividades da organização.

UNOOSA/COPUOS

78. O Escritório das Nações Unidas para Temas do Espaço Exterior (UNOOSA) exerce a função de secretariado do Comitê para Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS) e de seus dois sub-comitês (Técnico-Científico e Jurídico). Dirigido, desde 2014, pela italiana Simonetta Di Pippo, o UNOOSA tem também a missão de promover a cooperação internacional nos usos pacíficos do espaço. Em cenário caracterizado pela multiplicação de atores espaciais governamentais e privados e pela centralidade das atividades espaciais nas sociedades modernas, o COPUOS tem exercido papel de liderança na regulação das atividades espaciais e no fomento da cooperação entre os países. O posto atua na defesa do fortalecimento do Comitê como o foro multilateral das Nações Unidas com mandato para tratar da exploração e dos usos pacíficos do espaço exterior, particularmente com vistas a assegurar os interesses do Brasil na área espacial, por meio da negociação de normas que facilitem a cooperação com outros países e o acesso a tecnologias espaciais. A participação ativa do país no Comitê busca assegurar que o país seja reconhecido como ator relevante na área espacial, cujo valor econômico e estratégico é crescente.

79. Nos últimos anos, procurou-se facilitar a aproximação do UNOOSA com os órgãos do sistema espacial brasileiro, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a AEB, o INPE e o GSI/PR, por meio de reuniões virtuais e presenciais, como as do ministro Marcos Pontes com a diretora do UNOOSA. Nesse período, o Brasil assumiu a presidência do COPUOS e do grupo de trabalho sobre definição dos limites do espaço exterior e participou ativamente de debates sobre recursos espaciais, diretrizes de sustentabilidade de longo prazo e a elaboração da Agenda Espaço 2030.

UNCITRAL

80. Órgão subsidiário da Assembleia geral das Nações Unidas, a Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) atua no desenvolvimento do marco jurídico do comércio internacional, por meio da preparação de normas que visam à modernização do direito comercial internacional. O posto acompanhou diversas reuniões do órgão e de seus seis grupos de trabalho. Atualmente, a UNCITRAL concentra-se em temas como: micro, pequenas e médias empresas; solução de controvérsias; reforma do sistema de solução de controvérsias entre investidores e Estados; comércio eletrônico; regras de insolvência; e venda judicial de embarcações. Nesses debates, o posto tem atuado para assegurar que as normas adotadas pela UNCITRAL sejam compatíveis com a legislação brasileira e contribuam para a expansão dos fluxos de comércio internacional do País.

SE4All

81. A organização Energia Sustentável para Todos ou SE4All, com sede em Viena, busca promover a universalização do acesso à energia, o aumento da participação de energias renováveis na matriz energética mundial e da eficiência energética. Suas atividades encontram-se alinhadas com o ODS 7 (acesso à energia). A embaixada acompanha os eventos da organização, de forma a transmitir informações de interesse do Brasil.